

## APRESENTAÇÃO

DOI 10.20873/ufft2179-3948.2021v12n2p1-9

**Gínia Maria Gomes<sup>1</sup>**  
**Cristiane da Silva Alves<sup>2</sup>**

*Pois nenhuma palavra melhor do que  
“violência” descreve esta maneira que tem o  
passado ditatorial de permanecer como um  
fantasma a assombrar e contaminar o presente.*  
Edson Teles e Vladimir Safatle

No século passado, governos autoritários instauraram-se em países do Cone Sul. Prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos constituíram-se no padrão generalizado: a exceção tornou-se regra. A institucionalização da violência, comandada por militares de diversos escalões era sancionada pelos mandatários desses governos. Todos eles estavam alicerçados na Doutrina de Segurança Nacional, a qual preconizava a expansão do comunismo (já implantado em Cuba), que deveria ser evitada. Esse temor foi responsável pela institucionalização do terrorismo do Estado, que tinha o propósito de eliminar as vozes dissidentes.

No Brasil, o período mais truculento da ditadura (1964-1985) iniciou-se com a promulgação do AI-5 (13 de dezembro de 1968). A partir desse ato, a barbárie institucionalizada teve como principal decorrência o extermínio dos militantes, fossem aqueles que optaram pela luta armada, fossem os que resistiam de outra forma. A esse extermínio seguia-se o desaparecimento, negando às famílias a possibilidade de realizar o luto, impedido pela ausência do corpo e, como tal, das cerimônias fúnebres.

Esses crimes hediondos ficaram impunes. Impunes por uma Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) que promoveu o seu apagamento. Paul Ricœur (2007) mostra que a anistia pressupõe o esquecimento “de um passado declarado proibido” (RICŒUR, 2007, p. 460), o

---

<sup>1</sup> Professora titular de Literatura Brasileira do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [giniagomes@gmail.com](mailto:giniagomes@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6161-6357>

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES/MEC) junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, com o projeto de pesquisa “Mulheres velhas: seus lugares e papéis na literatura brasileira do início do século XXI”. E-mail: [cristianesalves@gmail.com](mailto:cristianesalves@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1375-1212>.

qual é imprescindível para a “paz cívica” (RICŒUR, 2007, p. 460). Essa imposição aproxima anistia e amnésia, tanto pela ressonância fonética dos termos, quanto pela semântica, o que “aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação da memória” (RICŒUR, 2007, p. 460). Trata-se, pois, de “fazer calar o não-esquecimento da memória” (RICŒUR, 2007, p. 507-508). No que concerne à Lei de Anistia brasileira, promulgada pelos próprios militares, que desejavam se livrar das punições que lhes cabiam, teve o intuito de anistiar de forma irrestrita todos os agentes repressores, pois seus crimes não foram nem apurados e nem eles foram punidos, ela obrigou o “esquecimento do inesquecível” (RICŒUR, 2007, p. 508), no intuito de apagar a barbárie que aqui se promoveu. Dessa forma, pretendeu-se um esquecimento coletivo, para o qual a expressão “mal de Alzheimer nacional”, de Bernardo Kucinski (2014, p. 12), é exemplar para pensar sobre esse movimento.

Maria Rita Kehl (2010, p. 124) ressalta que esse esquecimento tem como implicação a “naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil”. Práticas criminosas, abusivas cometidas por agentes públicos disseminam-se, mas permanecem impunes (KEHL, 2010, p. 124). De acordo com Kehl (2010, p. 126), esse “esquecimento”, óbice da elaboração do trauma, não é inconsequente: “Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras.”

Também Jeanne Marie Gagnebin (2010, p. 179) põe em destaque a importância da elaboração desses tempos dolorosos, pois essa permitiria “fazer as pazes com o passado”. Porém, esse processo foi negado pela Lei de Anistia, que obrigou ao silenciamento: “[...] a imposição do esquecimento como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer *como se não houvesse havido* tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado, esse gesto vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida” (GAGNEBIN, 2010, p. 179, grifos da autora). Contudo, na contramão dessa “memória esquecida” (RICŒUR, 2007, p. 452), emerge “uma memória que vai lutar, brigar para poder voltar” (GAGNEBIN, 2010, p. 179). Alerta a pesquisadora para a falácia desses mecanismos, “Porque a memória efetiva não se deixa controlar, somente se deixa calar – às vezes também manipular, mas volta. [...] As lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos queremos” (GAGNEBIN, 2010, p. 183). A memória desse período rompe as mordidas que quiseram lhe impor ao silenciá-la, fugindo aos constrangimentos que pretenderam apagá-la.

Tentar apagar esses eventos, não punindo os responsáveis pelo terrorismo de Estado, é não fazer o necessário ajuste de contas com esse passado. É não dar sepultura às vítimas das

torturas e dos desaparecimentos; vítimas cujos corpos foram sonegados às famílias, impedidas de realizar as cerimônias fúnebres e, dessa forma, realizar o luto; vítimas cujos rastros das circunstâncias de sua morte foram apagados. Não obstante isso, suas vozes continuam ecoando através dos que, incansáveis, seguem buscando a verdade; essas vozes também reverberam nas representações fotográficas, fílmicas, fotográficas e picturais. Eurídice Figueiredo (2017, p. 35) mostra a importância dessas manifestações artísticas no sentido de elas refletirem sobre a catástrofe do regime ditatorial:

Todo livro – ficção ou depoimento –, todo filme – documentário ou ficcional –, toda obra de arte ou projeto museológico que contribua para a reflexão sobre os anos de chumbo no Brasil tem um enorme valor porque não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e mais democrático. [...] Ao rememorar as vítimas, a arte suscita a reflexão, na esperança de que não ocorram novas catástrofes.

Falando especificamente da literatura, Figueiredo (2017, p. 43) ressalta seu poder de representação, considerado por ela mais vigoroso do que os criados por jornalistas e historiadores, o que decorre da sua capacidade de reconstruir a atmosfera que, então se vivia:

E, no entanto, a despeito do enorme trabalho realizado por historiadores e jornalistas, só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação, pois como afirma Jacques Rancière (2009, p. 58), “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”.

Há um número expressivo de romances centrados nos anos de chumbo. Neles, as diversas faces da ditadura são descobertas, permitindo ao leitor a imersão nessa época em que arbitrariedades, abusos, torturas e desaparecimentos eram recorrentes. Uma época em que os direitos humanos eram ignorados. Esses romances resgatam esse passado que se pretendeu esquecer. Neles, o horror de que esses anos de exceção são portadores é reencenado, ao recriarem o período através das trajetórias de personagens que lutaram movidas pelo idealismo. Muitas delas sucumbiram, vítimas do Estado repressor. Ao ficcionalizarem personagens (históricas ou não), eles prestam um tributo àqueles cujas vozes foram silenciadas. Nesses romances, eles revivem para contarem sua história e, ao fazê-lo, contam a história do país, uma história, que ainda não acabou. Não acabou porque a “reconciliação extorquida” (GAGNEBIN, 2010, p. 177) deixou a elaboração do trauma em suspenso.

A maioria dessas publicações veio à luz a partir de 2014, data que marca os cinquenta anos do golpe civil-militar brasileiro. Essas estimularam um número considerável de estudos críticos, que surgiram após essa data. Ressaltam-se algumas: os dois números (43 e 60) da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (2014 e 2020), *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), *Narrativas contemporâneas: memórias da repressão*

(2020), *Literatura e ditadura* (2020), *Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI* (2021), entre outras. O dossiê que ora se apresenta vem se somar a essas outras pesquisas. Nele, a grande maioria dos artigos centra-se em romances brasileiros contemporâneos, mas a literatura chilena e a argentina também estão presentes. Esses estudos contemplam várias abordagens, trazendo à luz diversas faces da ditadura. Ao fazê-lo, tiram do esquecimento o horror de um tempo em que a violência predominava em todas as instâncias do aparelho repressivo. Desta forma, realizam a elaboração de um trauma que permaneceu em suspenso pela Lei de Anistia, construindo uma lápide para as vítimas cujos corpos permaneceram insepultos.

No artigo que abre o dossiê, “A ditadura civil-militar no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, Rafael Nunes Ferreira afirma que o romance mostra “um retrato da ditadura”, o qual é apresentado através de uma pluralidade de perspectivas. Uma delas é a de K., que ao se deparar com a desapareição da filha, inicia uma trajetória em busca dos seus rastros. No entanto, ele não tem êxito em sua empreitada: nem consegue saber do seu paradeiro, nem consegue reaver seu corpo desaparecido. Ao lado da voz desse pai acobardado pelo sofrimento, destacam-se as vozes dos militantes e as dos agentes repressores. Entre esses sobressa-se a de Fleury, personagem histórico que teve um papel importante no aparelho repressivo.

José Carlos de Freitas, por sua vez, vale-se de um viés filosófico em “Reflexões sobre violência, tortura e culpa a partir do romance *Não falei*, de Beatriz Bracher”, para abordar o sofrimento que se abate sobre o protagonista do romance, um professor, preso e torturado durante a ditadura militar brasileira. Para extraírem-lhe confissões, agentes do Estado o violam física e psicologicamente. Apesar de não ter nada a revelar, pois sequer fora diretamente incluído em atividades subversivas, o estigma de traidor o persegue. Pesam sobre ele as mortes de entes queridos, pelas quais ele próprio se acusa e não consegue se perdoar. Mesmo liberto, a culpa dá continuidade ao sofrimento iniciado por seus algozes.

A prisão e as violações físicas e psicológicas perpetradas pelos agentes da repressão são igualmente examinadas por Cristiane da Silva Alves, em “Ditadura, tortura e violência de gênero: algumas notas sobre o romance *A importância dos telhados*, de Vanessa Molnar”. Com foco em uma protagonista feminina, o artigo demonstra como as atrocidades cometidas pelos agentes eram agravadas em decorrência da condição de gênero. Os métodos, objetivos e consequências da tortura infligida às mulheres continham aspectos diferenciados daqueles

aplicados aos homens. Além disso, verifica-se que a impunidade dos torturadores facilitou a permanência da violência de gênero que, até hoje, segue produzindo vítimas.

Pedro Francisco dos Reis, em “As narrativas em tensão em *Dois*, de Oscar Nakasato”, analisa as posições divergentes dos irmãos, narradores-protagonistas, do romance. Zé Paulo é um ferrenho crítico dos opositores do regime militar, entre eles o irmão, a quem atribui inúmeras qualidades negativas. Ele organizou sua vida a partir de regras previamente estabelecidas e de valores rígidos, sempre permeados por certezas. Zé Eduardo foi um militante que atuou contra a ditadura, o que determinou seu exílio. O pesquisador salienta que seu discurso, marcado por incertezas, manifesta um olhar crítico em relação às vivências pregressas e que nele se destaca o desejo de uma maior compreensão de si.

Em “Memórias de resistência em *Pontos de fuga*, de Milton Hatoum”, Jacielle da Silva Santos trata do cotidiano de jovens de classe média que, a seu modo, buscam maneiras de resistir à violência ditatorial. Uma das formas encontradas é a (re)escrita de memórias, pessoais e de pessoas próximas ou distanciadas pelo exílio. Em uma tentativa de reelaborar as presenças/ausências, preenchendo lacunas da(s) história(s) não contada(s) e (re)interpretando eventos, o protagonista do romance analisado colabora, mesmo que em atitude discreta, para promover a ressignificação da história individual e, ao mesmo tempo, coletiva.

As lacunas da(s) história(s) oficial e familiar e a resistência pela escrita são, também, exibidas por Antônio Coutinho Soares Filho em “Espirais da memória em *O corpo interminável*, de Cláudia Lage”. Destacando a participação feminina na luta contra o autoritarismo, o artigo demonstra como feridas abertas pelo regime ditatorial se estendem para além das vítimas diretas, atingindo parentes, amigos e, em sentido mais amplo, a sociedade. Na busca de um filho pela mãe, torturada e morta durante a ditadura, evidencia-se como memória e esquecimento foram manejados por interesses dominantes, a fim de ocultar o passado, facilitando a impunidade.

“Em busca dos rastros de um corpo insepulto: reflexões sobre *Palavras cruzadas*, de Guiomar De Grammont”, de Gínia Maria Gomes, igualmente, trata das implicações de um desaparecimento para os familiares, que desconhecem o destino do ente querido. O corpo sonogado inviabiliza a cerimônia fúnebre, o que se constitui em óbice para a realização do luto, que permanece em suspenso. Sofia, atormentada pela desapareição do irmão, decide fazer uma viagem em busca de seus rastros. Nela, nada de efetivo descobre sobre ele, porém, revela-se para a jovem um capítulo da história do país que o governo ditatorial tentou apagar.

O artigo de Luciana Paiva Coronel, “*Antes do passado*, de Liniane Haag Brum: a literatura diante do trauma dos desaparecidos políticos no Brasil”, também tem por foco o desaparecimento de um militante que atuou na Guerrilha do Araguaia. Esta se baseia na história de Cilon Cunha Brum, tio da escritora. A pesquisadora apresentou as estratégias usadas para resgatar os seus rastros, os quais são de difícil acesso, porque, além do apagamento promovido pelo Estado repressor, há também o silenciamento que se estabeleceu no âmbito familiar. Para romper essas barreiras, a narradora recorre a vários tipos de registros, bem como a depoimentos, que permitem compor imagens fragmentárias do tio. De acordo com Coronel, o livro revela-se um tributo à sua memória.

Thamires Aragão, no artigo “Rastros e escombros em *Júlia*: nos campos conflagrados do Senhor, de Bernardo Kucinski”, examina o entrecruzamento entre passado e presente. Ao procurar pistas sobre a própria identidade, a protagonista descobre as atrocidades cometidas no período ditatorial brasileiro, entre elas o sequestro e o tráfico de crianças, nascidas de mães pobres e/ou presas pelos agentes da repressão. A mãe biológica da personagem estava entre essas. Presa, torturada e desaparecida, não restou qualquer registro sobre ela, seu nome não constava sequer da lista de desaparecidos. Como tantos outros atingidos pela ditadura, seu corpo e seus vestígios foram aniquilados, impedindo que a filha a sepultasse e realizasse o luto.

Em “A escrita de si em *A chave de casa* e *A resistência*: uma possibilidade de reelaboração do presente”, Renata Servato Gomes assinala a importância da escrita de si para preencher vazios e silêncios, possibilitando ressignificar um presente ainda afetado pelo autoritarismo e a violência das ditaduras latino-americanas. Ao escrever, aqueles que não experienciaram diretamente a brutalidade de governos ditatoriais, mas carregam traumas transmitidos por seus ancestrais, podem acertar as contas com o passado e reelaborar o presente. Apesar das dificuldades e da não obtenção de todas as respostas para os seus questionamentos, a escrita pode contribuir para purgar o sofrimento herdado dos antepassados.

Sheila Katiane Staudt, em seu artigo “Escrita como reexistência: resgates memorialísticos em *Silêncio na cidade*, de Roberto Seabra”, mostra as implicações do assassinato de uma menina no período ditatorial. Um narrador, depois de passadas muitas décadas, procura elucidar esse caso, cujos culpados permaneceram impunes. Na sua escrita, ao rememorar os acontecimentos progressos, mecanismos do aparelho repressor são descobertos. Staudt ressalta o papel da censura imposta à imprensa, proibida de divulgar esse crime, pois as investigações apontam como criminoso o filho de um dos ministros do Governo militar. O

crime é encoberto e as investigações são suspensas, o que revela o autoritarismo daqueles anos de chumbo.

Em “O ponto fora da curva da ribalta em *A glória e seu cortejo de horrores*”, Stephanie da Silva Borges discorre sobre uma personagem ficcional que vivenciou os anos de regime militar. Ator, com quatro décadas de carreira, no presente da narração é um sexagenário que, ao voltar-se para a história pregressa, mostra que viveu na contramão de artistas engajados e resistentes à censura e à repressão. O protagonista do romance, diferentemente de outros de seu tempo, não lutava senão em causa própria, passando ileso pelo período ditatorial. Flertando ora com a esquerda, ora com a direita, sem jamais se comprometer, buscava apenas o progresso pessoal, indiferente à coletividade, aos torturados, mortos e desaparecidos a sua volta.

No artigo “A relação entre história e ficção na perspectiva de Hayden White a partir da obra *Os que bebem como os cães*, de Assis Brasil”, Ederson Dias de Carvalho e Maria Suely de Oliveira Lopes estabelecem aproximações entre o historiador e o escritor de ficção. Tomando o romance do autor piauiense como *corpus*, verificam que, mesmo sem explicitar que as agruras do período ditatorial brasileiro servem de referência para a obra, percebe-se que a história e a ficção caminham juntas. Ainda que de forma velada, o romance mantém pontos em comum com a realidade e, através de seu protagonista, joga luz sobre a repressão e as violações sofridas por aqueles que contrariavam os ideais do governo da época.

Em “*Meninos sem pátria: a representação da criança em meio à tirania*”, Marina Rodrigues de Oliveira e Ana Carolina Alves de Lima Oliveira percorrem a história da literatura infantojuvenil no Brasil, verificando as mudanças ocorridas até as décadas de 1960/1970 e como novas temáticas passam a ser inseridas na década seguinte. Entre essas, destaca-se o romance tomado como objeto de análise que, misturando fatos históricos à ficção, exhibe a história de um menino cujo cotidiano é atravessado pelas violências decorrentes do regime militar, obrigando-o a exilar-se juntamente com a família. A obra exhibe o amadurecimento do menino e a tomada de consciência da realidade político-social do período ditatorial.

Da mesma forma, a percepção da criança sobre a ditadura chilena é analisada por Rafael de Lucena Iotti, em ““Ecos de um mesmo ruído”: ditadura e infância em *Formas de voltar para casa*, de Alejandro Zambra”. Inserido em uma família alheia aos acontecimentos políticos e sem conhecer diretamente os horrores da ditadura, é a proximidade com vizinhos e amigos que vivenciavam ou tinham conhecimento do que se passava, que ajuda o protagonista a construir sua visão. Atento ao seu entorno, o menino cria empatia pelas vítimas do autoritarismo e ojeriza

pelo governo ditatorial. As memórias dessa época formam cicatrizes que, diante da ameaça de repetição desse passado inconcluso, são reabertas quando adulto, provocando novos abalos.

A criança é igualmente tematizada no artigo de Rosane Maria Cardoso, “Los 30.000 que nos hacen falta: la narrativa necesaria de Paula Bombara”. Nele, Cardoso discorre sobre o romance *El mar y la serpiente*, que acompanha a trajetória de uma menina até a sua adolescência. Sua narrativa e a tentativa de compreender o que passou, contempla não apenas a vivência pessoal e o drama familiar, mas também representa a história de muitos outros filhos de desaparecidos na ditadura argentina, bem como em outras ditaduras. Destaca-se, nesse caso, a importância da memória, uma vez que, mesmo aqueles que não experienciaram diretamente o período ditatorial são, de algum modo, herdeiros da história e/ou das vítimas diretas ou indiretas, que o romance, a seu modo, põe a salvo do esquecimento.

Contamos, ainda, com uma entrevista com a jornalista e escritora Maria Pilla, na qual ela nos relata algumas de suas experiências como militante.

Além do dossiê, este número da EntreLetras apresenta três relevantes artigos na seção livre que, embora não versem sobre romances contemporâneos, tratam de questões relacionadas à violência e ao autoritarismo de governos ditatoriais latino-americanos.

Ao exibir diversas faces da ditadura, os romances contemporâneos vão na contramão da tentativa de apagamento promovida pela Lei de Anistia. O resgate realizado por essas narrativas, que os artigos evidenciam, impõe-se contra o "Alzheimer nacional" de um tempo de horror que não pode ser esquecido. Os estudos reunidos neste dossiê contribuem para a elaboração de um trauma cujas feridas permanecem em aberto. Eles oportunizam que as vozes de tantos militantes torturados, mortos e desaparecidos continuem sendo ouvidas. Vozes que gritam as agruras de um tempo que não deve ser repetido.

## Referências

*Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, p. 133-139, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/892>. Acesso em: 19 nov. 2021.

*Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Literatura e ditadura. N. 60. Brasília, jan/jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/1995>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.

GOMES, Gínia Maria (org.). *Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Editora Polifonia, 2021.

GOMES, Gínia Maria (org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Editora Polifonia, 2020.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta; THOMAZ, Paulo C. (orgs.). *Literatura e ditadura*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.